

“Flagrantes Políticos”:
representação política
partidária da sucessão
governamental piauiense no
jornal *Folha da Manhã* em
1958

”Political Flagrant”: political
partisan representation of the
government succession in Piauí
in the newspaper *Folha da
Manhã* in 1958

Nilsângela Cardoso Lima¹



Resumo: O presente trabalho analisa a secção “Flagrantes Políticos” do jornal *Folha da Manhã* e a representação política partidária da sucessão governamental piauiense em 1958. Tendo como proprietário o deputado federal Marcos Parente (UDN), o diário manteve uma linha editorial muito afinada aos interesses políticos dos udenistas e, por isso, marcava oposição ao governador do Piauí, Gen. Jacob Manoel Gayoso e Almendra, do PSD. Com base na teoria do jornalismo e na metodologia da Análise do Discurso foram analisadas as matérias publicadas na secção “Flagrantes Políticos” de janeiro a abril de 1958, que tratam sobre a situação do PSD do Piauí e os bastidores do situacionismo nos quais os partidos e os grupos políticos se preparavam para a campanha eleitoral de 3 outubro. Assim, verifica-se que a *Folha da Manhã* inscrevia sobre si e para o leitor um jornalismo de credibilidade pautado na retórica da verdade dos fatos e dialeticamente se colocava como arma política para enfrentar a batalha discursiva nitidamente partidária que travou com os demais jornais de Teresina no período recortado para estudo.

Palavras-chave: Política; Análise do discurso; Jornalismo.

Abstract: The present work analyzes the political partisan representation of the government succession in Piauí in 1958 in the section “Political Flagrant” in the newspaper *Folha da Manhã*. Once the owner was the deputy Marcos Parente (UDN), the daily newspaper kept an editorial line very refined to the political interests of the *udenistas* and, for this reason, the paper was signed as opposition to the governor of Piauí, Gen. Jacob Manoel Gayoso and Almendra, from PSD. Based on the theory of journalism and in the methodology of Discourse Analysis, the articles published in the section “Political Flagrant” were analyzed from January to April 1958 that discuss about the situation of PSD of Piauí and the backstage of the situationism, when the parties and the political groups were prepared for the election campaign on October 3rd. Thus, it is verified that *Folha*



da Manhã subscribed to itself and to the reader a journalism of credibility based on rhetoric of truth of facts and, dialectically, it was concerned as a political weapon to face the discursive battle strongly proponent that was struggled with the other newspapers from Teresina in the period cut out to study.

Keywords: Politics; Discourse analysis; Journalism.

Nlisângela Cardoso Lima
"Flagrantes Políticos": representação política partidária da sucessão
governamental piauiense no jornal *Folha da Manhã* em 1958



Introdução

Os anos cinquenta do século XX marcam mais um período de crescimento para a imprensa escrita em Teresina. Neste período, entram em cena novos jornais com interesse de apresentar ao público leitor os mais diferentes acontecimentos da vida econômica, social e cultural ocorridos em nível local, nacional e internacional, fixando um olhar especial para a política. Dentre os jornais da década de 1950, viu-se despontar *O Dia*, *A Cidade*, *Jornal do Piauí* e *Folha da Manhã*. Seguindo linhas editoriais diferenciadas, esses jornais foram fundados para desempenharem o papel social da imprensa com vistas a atender a necessidade humana de obter informações atualizadas, mas, também, para defender os interesses políticos e partidários de seus proprietários constituindo-se em “instrumentos indispensáveis para o exercício do jornalismo” (MELO, 1985, p. 9).

Instalados como tribunas, os jornais reservavam certos espaços de sua página para dar visibilidade às discussões e os debates oriundos das disputas políticas partidárias. Mais do que noticiar os acontecimentos que irrompem e quebram a normalidade do cotidiano da vida política, os jornais tiveram como preocupação fundamental noticiar o “fato político”. Ou seja, não é a política, mas as questões pessoais que “[...] giram em torno de atos, pensamentos ou decisões de indivíduos, os indivíduos que protagonizam o fato político. Daí o caráter pessoal que assumem as campanhas; a necessidade de endeusar ou de destruir o indivíduo” (SODRÉ, 1983, p. 277).

Na década de 1950, os jornais *O Dia*, *A Cidade*, *Jornal do Piauí* e *Folha da Manhã* surgiram em meio à efervescência política partidária que se estabeleceu no Piauí entre os três maiores partidos, a saber: o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O momento foi profícuo para que imprensa de Teresina continuasse como prestadora de serviço destes partidos políticos, embora os próprios jornalistas já discutissem sobre a importância da objetividade e da neutralidade como regra fundamental para a produção das notícias. Na prática, os jornais teresinenses atuavam como porta-vozes dos partidos e/ou de políticos que os mantinham financeiramente e a vida política era a tônica das matérias publicadas em suas páginas.

Tal assertiva tem amparo nos dados levantados na pesquisa empírica realizada nos jornais *O Dia*, *A Cidade*, *Jornal do Piauí* e *Folha da Manhã* da década de 1950. De maneira sucinta, afirma-se que o primeiro dizia-se independente, mas defendia a ideologia do partido ou do político que lhe pagasse mais; o



segundo declarava-se pertencente aos correligionários da UDN; o terceiro, não declarava sua fidelidade ao PSD, contudo, o órgão era mantido pela família Gayoso Freitas filiada ao partido pessedista (LIMA, 2014); por último, a *Folha da Manhã* que se identificava no expediente como sendo de propriedade da Editora Gráfica “Folha da Manhã” Ltda., porém, foi fundado pelo deputado Marcos Parente, da UDN, em 1957.

É sobre o jornal *Folha da Manhã*, portanto, que se pretende discutir sobre a produção do discurso jornalístico em Teresina nos anos 1950 e suas relações com o poder político e partidário. Para tanto, o *corpus* da pesquisa é formado, em especial, pelas matérias publicadas na secção “Flagrantes Políticos” de janeiro a abril de 1958. Período em que a equipe de redação de *Folha da Manhã* publicou diariamente matérias sobre a situação política do Piauí pautada na sucessão governamental e nos bastidores dos partidos e grupos políticos que se preparavam para a campanha eleitoral de 3 outubro de 1958.

Os observáveis da pesquisa são compreendidos como documento/monumento por entender que as matérias jornalísticas possibilitam acessar um conjunto de relações de forças, de poder, que tiveram influência na sua produção. De acordo com Foucault (2010, p. 8), “a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos”. Com isto, pretende-se afirmar que em termos metodológicos foi realizada a crítica dos documentos buscando trabalhar no seu interior e elaborá-lo. Considerando que o discurso jornalístico materializado no jornal é um produto social, entende-se que a matéria jornalística tem que ser vista sob a perspectiva do contexto histórico e das condições de produção na qual foi fabricada, construída, narrada e publicada nos jornais.

As questões teóricas e metodológicas eleitas para este estudo têm por objetivo compreender a imprensa de Teresina não apenas como instrumentos de poder ou porta-vozes dos partidos políticos. Antes, pretende analisar as práticas discursivas que o jornal *Folha da Manhã* inscreve sobre si na busca de legitimar um jornalismo de credibilidade frente ao leitor, visto que trava uma batalha discursiva nitidamente política e partidária com os demais jornais que circularam em Teresina no mesmo período. Por meio da pesquisa empírica e do referencial teórico da Análise do Discurso e da teoria do Jornalismo, analisa-se as práticas discursivas da equipe de reportagem política de *Folha da Manhã* para



a construção da representação política e partidária da sucessão governamental piauiense e dos bastidores dos partidos (de situação e de oposição) para lançar seus candidatos para as eleições de 3 de outubro de 1958 na secção “Flagrantes Políticos”.

Folha da Manhã e o jornalismo brasileiro dos anos 1950

O jornalismo é um campo de saber regulado por um conjunto de normas técnicas e editoriais e por preceitos jurídicos, éticos e morais que determinam as possibilidades e os limites dos sujeitos que produzem o discurso jornalístico com a pretensão de apresentá-lo ao leitor como uma verdade através dos jornais. Sem perder de vista os interesses da coletividade, o jornalismo é determinado pelas condições históricas em que ele se apresenta, podendo até sofrer alterações, a partir do contexto político e do lugar social em que ele é praticado. Daí uma questão complexa se apresenta para o jornalismo de *Folha da Manhã* do período recortado para o estudo: como definir o gênero de um tipo de jornalismo que se pretende informativo e objetivo, mas que não deixou de ser opinativo e imparcial, quando se verifica que, nos anos 1950, os jornais viviam da publicidade ou, efetivamente, eram sustentados por políticos ou partidos políticos, o que acabava comprometendo a independência da linha editorial dos órgãos de imprensa.

Beltrão (1960) propõe que a nomenclatura mais adequada para o jornalismo moderno seria o de “jornalismo eclético” e/ou “jornalismo ideológico”, e não o de jornalismo de informação e/ou de opinião. Defendendo a ideia de que toda e qualquer produção jornalística inclui um juízo, o autor entende que a diferença existente na classificação do jornalismo deve ser de grau e não de natureza. Sendo assim, o autor define o jornalismo eclético como “aquele que não subordina os seus juízos a uma determinada doutrina, registrando os acontecimentos e como que neles pondo as inferências acaso extraídas”; enquanto o jornalismo ideológico é “aquele que possui um complexo de ideias que visa difundir e, sob cujo crivo, faz passar todos os seus julgamentos e opiniões” (BELTRÃO, 1960, p. 79).

Qualquer órgão de informação subordina as suas conclusões sobre os fatos aos princípios adotados pela linha editorial na promoção da opinião pública, afirma Beltrão (1960). Deste modo, no primeiro caso, o do jornalismo eclético, o “comentário foge a qualquer rigidez ideológica, variando de acordo com as tendências ou exigências do público num determinado contexto histórico”;

Nilisângela Cardoso Lima
“Flagrantes Políticos”: representação política partidária da sucessão governamental piauiense no jornal *Folha da Manhã* em 1958



característica que o torna diferente do jornalismo ideológico, em que “a predominância é a da orientação clara, direta, inflexível, apaixonada e, por vezes, agressiva” (BELTRÃO, 1960, p. 79).

Há ainda outra possibilidade de enquadramento do tipo de jornalismo que se praticava no Brasil, nos anos cinquenta do século XX, que é o jornalismo político-partidário. Conforme Rüdiger (1993), o jornalismo político-partidário surge no Brasil no século XIX, a partir do momento em que os partidos políticos encarregavam-se de montar suas próprias oficinas de impressão e lançavam periódicos sob sua responsabilidade. Rüdiger (1993) pontua o terceiro quartel do século XIX como sendo o período em que a imprensa brasileira recebeu uma organização editorial e consolidou uma racionalidade de funcionamento com o surgimento das redações de jornais propriamente ditas. Na medida em que os políticos foram assumindo, progressivamente, a função social de jornalistas; o jornalismo “ganhou, com a forma político-partidária, um conceito, tornando-se meio de formação doutrinária da opinião pública” (RÜDIGER, 1993, p. 25).

Em seu estudo sobre as tendências do jornalismo no país, Rüdiger (1993, p. 24) defende que a classe política brasileira, do século XIX, transformou a imprensa em “agente orgânico da vida partidária”. Tendência que continuou sendo uma constante no Brasil no século XX, principalmente, quando se analisa a conjuntura política, social, econômica e cultural do país, que contribuiu para que o jornalismo, durante muito tempo, continuasse sendo uma atividade precária e feita por diletantismo, numa realidade histórica em que a maioria da população ainda era analfabeta ou com pouca escolaridade e de baixo poder aquisitivo. Nesse quadro, o autor considera que o jornalismo político-partidário constituiu a ideia de que o papel dos jornais deveria ser essencialmente opinativo e dedicado a veicular a doutrina dos partidos políticos na sociedade, a fim de conduzir a opinião pública. Ele afirma ainda que os políticos que montavam as oficinas de jornais, no século XIX, “não visavam o lucro, mas a doutrinação da opinião pública” (RÜDIGER, 1993, p. 28).

O modelo de jornalismo político-partidário do qual Rüdiger (1993) trata permaneceu como uma tendência do jornalismo brasileiro por um longo tempo, atravessando décadas do século XIX e século XX. Tendo como referência o Rio Grande do Sul, o autor considera que o jornalismo político-partidário entrou em declínio na década de 1930, visto que a implantação do Estado Novo e a abolição dos partidos políticos culminaram com o fechamento de vários jornais gaúchos.

Na década de 1950, já no contexto da redemocratização brasileira, pode-se



notar que oficinas de jornais continuavam sendo montadas por partidos políticos ou políticos, para servir de arma política e de instrumento de orientação da opinião pública. Até porque, como afirma Beltrão (1960, p. 74), “os veículos de comunicação ‘independentes e noticiosos’ dos nossos dias não renunciam ao direito de opinar, salvo quando exageradamente mercenários; ao mesmo passo, os órgãos predominantemente opinativos, têm de ser imparciais e exatos nos relatos, dos quais extraem as suas deduções doutrinárias, porquanto, conforme o axioma da profissão – a informação é sagrada, mas o comentário, livre”.

Ribeiro (2007) aponta que as ideias “modernas” de jornalismo ganhou força entre os jornalistas brasileiros nas primeiras décadas do século XX, quando se discutia o tema e apontava a urgência de sua adoção na imprensa. Porém, a implantação do jornalismo moderno pautado na objetividade, neutralidade e imparcialidade encontrava sua barreira na conformação empresarial e administrativa dos órgãos de imprensa e do campo jornalístico, que ainda não tinha alcançado sua autonomia em relação ao campo político. A dependência dos jornais às subvenções do poder constituído ou aos políticos era uma relação difícil de ser rompida, uma vez que a maioria dos órgãos de imprensa não tinham alcançado a autossuficiência financeira, quer pela publicidade, quer pela venda avulsa ou da assinatura do jornal.

Essas marcas do jornalismo brasileiro dos anos 1950 que se pretendia informativo e objetivo, todavia continuavam dependentes dos partidos e/ou dos políticos, ficam ainda mais claras quando se analisa os jornais que foram publicados no período e que se encontram mais distanciados do eixo Sul-Sudeste do país. Um exemplo deste modelo de jornalismo é encontrado nas páginas do jornal *Folha da Manhã*.

O jornal *Folha da Manhã* teve sua primeira edição publicada em 29 de setembro de 1957, sendo o primeiro jornal de circulação diária em Teresina (PI). Fundado pelo deputado federal Marcos Santos Parente (UDN), o matutino apresentou-se de segunda-feira a sábado com quatro páginas e no domingo com seis páginas em virtude das deficiências da energia elétrica e das condições técnicas de sua oficina. Desde o seu aparecimento na imprensa piauiense, manteve uma linha editorial marcada pelos interesses políticos da UDN e de oposição ao governador do Piauí, Gen. Jacob Manoel Gayoso e Almendra (1954-1958), do PSD.

De acordo com o editorial “A verdade dos fatos”, de 28 de fevereiro de 1958, o jornal foi idealizado com o objetivo de preencher uma lacuna existente na imprensa local e tirá-la da condição de inferioridade pela falta de uma folha de circulação diária. Ainda neste editorial é apresentado o propósito do órgão de



publicar informações de toda natureza, posto que a *Folha da Manhã* não havia sido criada para servir de instrumento político e/ou atender aos interesses pessoais do seu proprietário, o deputado federal Marcos Parentes, e do partido UDN:

FOLHA DA MANHÃ tem, assim, o ensejo de agradecer aos seus numerosos leitores a preferência dispensada, e continua no firme propósito de trazer o público ciente de tudo que vai ocorrendo na esfera internacional e Brasil em fora, através do serviço telegráfico de que dispõe, sem deixar de fornecer a reportagem interessante e o comentário político. Não se afastará da linguagem até agora adotada, dentro da rigorosa ética jornalística, nunca, porém, ferindo a dignidade de quem quer que seja, abordando os fatos de acordo com a verdade, na sua mais elevada expressão. É o que asseguramos aos piauienses, nossos dignos conterrâneos (FOLHA DA MANHÃ, 1958e).

O editorial “A verdade dos fatos” era um espaço no qual a empresa jornalística apresentava os propósitos do órgão, prestava esclarecimentos sobre a linha editorial adotada para a sua redação e fazia uma análise da situação política do Piauí em 1958. Embora o jornal exaltasse os elementos do jornalismo moderno como regras de sua produção jornalística, tais como: o fornecimento de reportagem, o cuidado com a linguagem, a ética jornalística, a abordagem dos fatos e o compromisso com a verdade; verifica-se que essas regras nem sempre eram adotadas à risca. Quase sempre a redação da *Folha da Manhã* caía no terreno da virulência, da injúria, da difamação e dos ataques pessoais para defender os correligionários da UDN e/ou combater seus adversários políticos, notadamente o PSD.

Indício que aparece no editorial “A verdade dos fatos” quando o jornal afirma que forneceria aos seus leitores a “reportagem interessante” e o “comentário político”. O comentário político se fez presente não apenas no editorial, como já é esperado. Mas, também, foi possível localizar nas outras matérias publicadas que tinham como pauta a política internacional, nacional e local; bem como na coluna “Televisão” assinada por Simplício Mendes (ANJOS, 2019).

De janeiro a abril de 1958, o editorial a “A verdade dos fatos” pautou a situação dos partidos políticos do Piauí e as possíveis alianças que iriam ser firmadas para a campanha eleitoral de 3 de outubro. Vale chamar a atenção para a palavra “verdade” que compõe o título do editorial, uma vez que a



ênfase na verdade da informação publicada nas páginas da *Folha da Manhã*, dialeticamente se colocava como arma política para enfrentar a batalha discursiva travada entre os órgãos de imprensa de Teresina, principalmente, entre aqueles que se prestavam serviço a favor do Governo do Estado que tinha como representante um membro do PSD, a exemplo do *Jornal do Piauí*. Com isso, através do discurso, a *Folha da Manhã* construía uma representação da luta política que se arquitetava entre os partidos que mantinham financeiramente as empresas e que refletiam direta e indiretamente nas práticas jornalísticas locais.

A vontade de verdade ou a “verdade ideal como lei do discurso é uma racionalidade imanente como princípio de seu desenvolvimento, reconduzindo também uma ética do conhecimento que só promete a verdade ao próprio desejo da verdade e somente ao poder de pensá-la”, afirma Foucault (2009, p. 45). Nesse sentido, a verbalização da palavra “verdade” que consta no título do editorial, bem como na secção “Flagrantes Políticos” e nos demais discursos materializados nas páginas da *Folha da Manhã* carregam em seu bojo a vontade de ser aceita como matéria jornalística legítima e digna de confiabilidade do público leitor. Foi através deste discurso que o jornal se propôs a informar o público sobre a situação interna do PSD, partido de situação, no período em que antecede a campanha eleitoral de 1958 e como os demais partidos traçavam alianças para lançar seus candidatos ao executivo estadual.

O interesse do jornal era mostrar os “bastidores agitados do situacionismo” na sucessão governamental piauiense em 1958 (O PROBLEMA..., 1958). Nesse intuito, no período de janeiro e abril de 1958, o jornal publicou a secção denominada “Flagrantes Políticos”, na qual era publicada na primeira página e, em sua maioria, apresentava informações sobre a situação política do Piauí no momento em que os partidos se organizavam para lançar seus candidatos à sucessão governamental de 1958.

“Flagrantes políticos” e a representação política partidária da sucessão governamental piauiense de 1958 no jornal *Folha da Manhã*

Informativo, político e/ou opinativo, tais categorias apresentam-se de uma forma híbrida no jornalismo de *Folha da Manhã*, em 1958. Tendência da imprensa piauiense, na qual o jornal era usado como um dispositivo do poder autorizado para imprimir verdades sobre si e proliferar produções discursivas voltadas para os interesses políticos de seus proprietários. Isto se fazia ao longo



de todo o jornal, porém, sua posição ideológica e afinidade partidária com a UDN ficava registrada principalmente no editorial "A verdade dos fatos", como já foi apontado, e na secção "Flagrantes Políticos".

De janeiro a outubro de 1958, o jornal *Folha da Manhã* manteve a publicação da secção "Flagrantes Políticos" que tratava de todo e qualquer assunto relacionado a política local nas eleições de 1958, como a situação dos partidos e suas articulações políticas, a atuação dos juizes de direito nas comarcas do Piauí, a corrupção nas urnas, por exemplo. A cobertura destes acontecimentos se fazia mediante a defesa de uma linha editorial ética e imparcial.

Na edição de 21 de fevereiro de 1958, a equipe de reportagem da secção "Flagrantes Políticos" apresentou alguns dos procedimentos de controle e limitação da produção do discurso jornalístico, bem como a prática discursiva adotada para a formação de conceitos, noções e representações sobre o fato político piauiense:

a) este órgão não calunia nem injuria, nem abertamente nem covardemente. Limita-se a registrar fatos, analisá-los à luz da razão, comentá-los, condená-los, quando for o caso. b) este jornal não registra ou comenta fatos sob anonimato. Possui direção responsável e os seus artigos, quando assinados, têm a responsabilidade dos seus autores. Quando não assinados, pertencem a própria redação do órgão. c) não pode ser pena corrompida, irresponsável e insolente aquela que não transige com o escândalo mas se limita a fazer imprensa educada e elevada (FOLHA DA MANHÃ, 1958d).

Os itens "a", "b" e "c", apresentados no trecho transcrito acima, referem-se a uma defesa do jornal frente a acusação de que a equipe de reportagem da secção "Flagrantes Políticos" teria faltado com a verdade ao publicar que o Juiz de Direito da cidade de Esperantina (PI) teria abandonado a comarca para fazer campanha para o PSD na jurisdição de União (PI). Amparado na alegação de que o jornal "não calunia", "nem injuria", mas, sim, "registra os fatos", *Folha da Manhã* chamava para si o dever da imprensa de cumprir com objetividade a cobertura dos fatos e o valor de verdade dos seus editoriais.

A ação do jornal *Folha da Manhã* de apresentar-se para o público leitor como uma "imprensa educada e elevada" era frequente nos anos 1950. Na ausência de um código deontológico e/ou de manuais de redação, as normas e os procedimentos de controle da produção da notícia eram instaurados pelos



proprietários e pelos jornalistas através do discurso. A prática discursiva era imputada pelos próprios jornais que apresentavam os padrões imperativos do jornalismo moderno e da imprensa que se encontrava em processo de transição e pretensa a se mostrar informativa. Barbosa (2007), que analisa a imprensa brasileira no século XX, afirma que nos anos cinquenta havia lutas por representação em torno do jornalismo que buscava separar o mundo da opinião da valorização da informação, à época, entendida como valor indispensável para a produção da notícia. Com isso, os jornalistas “[...] instauram a mítica da imparcialidade, indispensável para quem quer se afirmar como tradutor do mundo para o público. E, em função disso, aquinhoar maior poder simbólico” (BARBOSA, 2007, p. 81).

Reconhecendo a face simbólica do poder, Bourdieu (2006) afirma que a existência do poder simbólico acontece na sua reprodução feita por intermédio das instituições e das práticas sociais, podendo ser exercido de acordo com os interesses daqueles que o praticam, desde que obedeça a determinados interesses e cumplicidades. O capital simbólico, portanto, é entendido como uma medida de prestígio que cada instituição jornalística busca como um campo do saber estabelecido. Uma vez estabelecida a luta simbólica pelo poder de fala entre os jornais, estes buscavam galgar prestígio, *status* e se colocar como lugar privilegiado de produção do discurso sobre o fato político piauiense e veículo da verdade dos fatos. Logo, “o campo jornalístico produz e impõe uma visão inteiramente particular do campo político, que encontra seu princípio na estrutura do campo jornalístico e nos interesses específicos dos jornalistas que vão se engendrando” (BOURDIEU, 1998, p. 95).

É na defesa de uma produção jornalística que registra os fatos e os analisa à luz da razão que a equipe de reportagem da secção “Flagrantes Políticos” enaltece a neutralidade e a imparcialidade do conteúdo que se padroniza por meio da língua com o interesse de que o público o reconheça como lugar de difusão da informação e não da propaganda política partidária. Desde o século XIX, com a expansão da imprensa e seu processo de despolarização nos Estados Unidos e alguns lugares da Europa, o jornalismo vive um momento de culto aos fatos (TRAQUINA, 2005, p. 52). Esse comportamento da imprensa correspondia em grande parte ao pensamento positivista cuja razão é conclamada pela imprensa como sinônimo de oferta da verdade exata dos fatos. No Brasil, esse processo acontece mais tardiamente, no século XX. No entanto, mesmo com a introdução do jornalismo moderno nesse período, a carga opinativa ainda se fazia presente nas matérias jornalísticas e a imprensa terminava atuando como



partido orgânico.

O jornalismo é exercido por um grupo homogêneo que define suas premissas iniciais, afirma Gramsci (2004). Um jornal pode defender orientações políticas, econômicas e ideológicas de acordo com as autoridades que propõem a finalidade de sua linha editorial. Dessa maneira, um jornal opinativo se difere de um jornal informativo, pois o primeiro implica sua sujeição a um determinado partido e serve de órgão oficial de sua ideologia; enquanto o segundo seria o “sem partido” explícito. Para cada tipo de jornalismo, há um grupo de intelectuais orgânicos. Segundo Gramsci (2004, p. 18), a formação de intelectuais orgânicos se dá em conexão com os grupos sociais mais importantes que, por sua vez, mantêm relações complexas com o grupo dominante pela assimilação e pela conquista de sua ideologia. No caso do jornalismo, os jornalistas assumem a função de intelectuais orgânicos e nesse papel desempenham na imprensa a função de reproduzir as propostas dos partidos políticos a qual pertencem e como eles próprios se veem frente aos demais membros da sociedade.

Atuando na defesa de um partido, a UDN, os jornalistas da *Folha da Manhã* se empenharam na produção de matérias que tinham por interesse fazer comentário político sobre os bastidores do situacionismo, no período em que o PSD ocupava o executivo estadual e que todos os partidos se articulavam para a sucessão governamental de 1958. Para tanto, a equipe de reportagem da seção “Flagrantes Políticos” acompanhou de perto as articulações, os acordos e os desacordos políticos traçados entre os três maiores partidos PSD, UDN e PTB com os demais. Contudo, dedicou maior atenção para o PSD, principal partido de oposição da UDN.

De acordo com a equipe de reportagem política da *Folha da Manhã*, o ano de 1958 não parecia nada benéfico para o PSD que encontrava dificuldades de estabelecer coligações com outros partidos, em especial com o PTB. Em janeiro, a fase de “consultas e sugestões” de nomes para ser apresentado como candidato do partido pessedista para o Governo do Piauí ocorria com impasses entre as figuras de prestígio do PSD. Inicialmente, o jornal publicou matérias que sinalizavam um problema vivenciado dentro do diretório estadual do PSD, ao mesmo tempo em que buscava contestar as informações que o então governador Gayoso e Almendra publicava na imprensa falada. Ou seja, de acordo como jornal, ao contrário do que o governador pregava no rádio, o diálogo dele com os correligionários do PSD não acontecia de forma serena e o partido se encontrava à beira de uma crise interna. As matérias sobre este tema davam conta de que a situação do PSD do Piauí era grave, faltava consenso



entre os seus membros e, por este motivo, o partido se encontrava prestes a perder correligionários de peso para as eleições de outubro de 1958, como, por exemplo, o senador Leônidas Melo, fundador do partido do PSD no Piauí.

Sobre o assunto, em 14 de março de 1958, é noticiado pela reportagem política da *Folha da Manhã* uma versão da situação interna do PSD e das ações do Governador do Piauí, o pessedista Gayoso e Almendra:

[...] Nestas alturas dos acontecimentos, os fatos estão a proclamar que só duas alternativas restam aos srs. Gayoso e Almendra e Sigfredo Pacheco, se não quiserem levar o partido a uma derrocada em suas fileiras: recuar ante as imposições do sr. Leônidas Melo, ou apontar um candidato capaz de conciliar os interesses e reunir a confianças das diversas correntes que está hoje dividido e subdivido o Psd. Esta última, e uma possibilidade que os acontecimentos indicam muito remota. [...]
(FOLHA DA MANHÃ, 1958f).

Para a *Folha da Manhã*, a crise interna do PSD se revelava na fraqueza, na desarticulação e na discordância do nome a ser indicado pelo partido como candidato ao governo do Estado, bem como pela inoperância do governador Gayoso e Almendra para resolver o problema da sucessão estadual. Afirma-se que o senador Leônidas Melo não concordava com a indicação de Lineu da Costa Araújo por ser considerado pertencente à ala pachequista². Igualmente, Leônidas Melo estava disposto a vetar a candidatura do deputado Sigfredo Pacheco e de qualquer outra pessoa indicada por ele. Em virtude desse impasse, a equipe de reportagem destacava comentários que circulavam nas “rodas políticas” de Teresina, dentre eles o slogan “Com veto ou sem veto, Lineu é candidato” (FOLHA DA MANHÃ, 1958b). De acordo com o jornal, o senador Leônidas Melo era o mais incisivo no seu posicionamento e não concordava com a indicação de um nome a candidato ao governo do Piauí que demonstrasse a continuidade da oligarquia do PSD através da família Gayoso Freitas, que ocupava há oito anos a cadeira do executivo estadual.

O assunto é polemizado na edição do dia 22 de março de 1958, visto que a equipe de reportagem política da *Folha da Manhã* lança mão das informações concedidas pelo governador Gayoso e Almendra à imprensa falada afirmando que o problema sucessório permanece e que o PSD ainda não tem candidato ao governo do Piauí:



[...] Devem os leitores estar lembrados que por mais de uma vez noticiamos que o sr. Gayoso e Almendra voltaria do Rio sem ter conseguido escolher o candidato à sua sucessão. É que as notícias que nos chegam da Capital da República davam conta de que S. Excia. não lograra ao senador Leônidas Melo os candidatos de sua preferência que, por sinal, eram os mesmos da predileção do sr. Sigefredo Pacheco, todos vetados pelo senador barrense. Agora regressa o sr. Gayoso e Almendra com “ûa mão no fecho e outra no cano”, como se diz na gíria, falando da “perfeita união” dos parlamentares pessedistas. E o candidato? Continua sumido – respondemos nós (FOLHA DA MANHÃ, 1958h).

A matéria faz referência à viagem do governador Gayoso e Almendra ao Rio de Janeiro, em março de 1958, para tratar da sucessão governamental. Nesse intuito, o governador do Piauí reuniu-se com correligionários políticos e líderes do PSD residentes na capital da República para resolver os impasses e concluir as negociações a respeito do caso da sucessão por falta de entendimentos entre os diversos grupos dentro do partido. Nesta reunião se fazia presente Leônidas Melo, denominado de “senador barrense³”, e que tinha grande influência dentro do partido. Segundo a *Folha da Manhã*, tal empreitada foi malograda, visto que o governador fracassou na missão política e voltou para Teresina sem congregar os representantes piauienses do PSD em torno de um nome.

As duas alas do PSD eram compostas por uma liderada por Sigefredo Pacheco (deputado campo-maiorense⁴) e a outra por Leônidas Melo (senador barrense). Para evitar uma dissidência interna maior, surgia como alternativa o nome do desembargador Edgar Nogueira como candidato do PSD, pois a deliberação pelo nome de Lineu Araújo poderia provocar a saída do senador Leônidas Melo do PSD para fazer aliança com as Oposições Coligadas (UDN-PTB) (FOLHA DA MANHÃ, 1958i).

O impasse entre as figuras de prestígio do PSD continua sendo pauta da secção “Flagrantes Políticos” da edição de 3 de abril de 1958. Porém, agora, o jornal apresenta as negociações entre os líderes locais do partido para que o problema da indicação de um nome à sucessão governamental fosse resolvido. O jornal afirma que o senador Leônidas Melo teria respondido positivamente ao governador Gayoso e Almendra confirmando o nome do deputado José Gayoso Freitas para concorrer a cadeira do executivo estadual, desde que Hugo Napoleão fosse o candidato a senador. Entretanto, na edição de 15 de abril de 1958 o assunto é retomado com novos esclarecimentos, ou seja, é noticiado



que a candidatura do deputado José Gayoso Freitas está praticamente certa de ser lançada pelo PSD e que Leônidas Melo teria mudado de opinião e se manifestava favorável também com a candidatura de Sigefredo Pacheco⁵ ao Senado.

Frente a aceitação do nome do deputado José Gayoso Freitas para candidato do PSD ao governo do Estado por Leônidas Melo, a reação do jornal *Folha da Manhã* foi de reprovação e crítica contundente ao “senador barrense”. No editorial de 15 de abril de 1958, fala-se de “atitude injustificável” de Leônidas Melo e complementa que, deste modo, o senador perdia a simpatia do povo (ATITUDE..., 1958). Outro destaque dado pelo jornal na secção “Flagrantes Políticos” sobre as consequências da candidatura de José Gayoso Freitas foi a renúncia de Pires Gayoso da presidência do PSD (FOLHA DA MANHÃ, 1958k).

Resolvido o primeiro impasse no PSD, outra pauta oferecida aos leitores de “Flagrantes Políticos” foi a aliança do PSD com outro partido para a campanha sucessória. Por um lado, o jornal informava que alguns próceres do partido garantiam nas rodas políticas que o PSD não precisava se aliar a outro partido ou grupo político para ganhar nas urnas; por outro lado, apontava que havia correligionários que discordavam deste ponto de vista e acreditavam que sem apoio de outro partido o PSD seria derrotado nas eleições de 1958. Este segundo grupo de correligionários foi representado pela equipe de reportagem de “Flagrantes Políticos” como “ponderados” e “realistas”.

Desde janeiro de 1958 que o jornal *Folha da Manhã* pautava a discussão sobre a importância das alianças entre os partidos para se ganhar ou não uma eleição no Piauí. Foi publicada na secção “Flagrantes Políticos” que o PSD não contaria mais com o apoio do PTB no ano de 1958, como aconteceu no pleito eleitoral de 1950 e de 1954 quando o partido obteve o maior número de votos.

Tanto a UDN quanto o PSD sabiam da importância da formação das coligações que, em outras palavras, somaria não apenas força política, mas também número de eleitores. Tal era a importância das alianças entre as agremiações políticas que logo depois de a UDN firmar coligação com o PTB, o jornal passou a contar como certa a retirada da família Gayoso Freitas do poder que, de 1951, se revezava no Governo do Estado:

É visível o desanimo reinante nas hostes situacionistas, diante do sensacional acordo PTB-UDN, que atirárá por terra, nas eleições de 3 de outubro vindouro, o “reinado da oligarquia” no Piauí. É o crepúsculo de “era áurea” para os que só sabem viver à sombra do Poder. Estão



desarvorados os pessedistas frente a sentença que o povo ativo do Piauí proferirá, inapelavelmente, através das urnas. Será o grito de libertação de um povo face a um constrangedor estado de coisas que ameaçava se prolongar definitivamente. As forças vivas da alma piauiense, num gesto sombreiro e de alto teor cívico, resolvera, reagir, congregando-se à sombra da bandeira oposicionista, nesta hora sustentada vitoriosamente pela coligação PTB-UDN (FOLHA DA MANHÃ, 1958a).

Embora fossem partidos de convicções doutrinárias diferentes, em 1958, a UDN e o PTB se uniram com o objetivo de quebrar o poder da estrutura oligárquica da família Gayoso Freitas que se perpetuava no governo do Piauí por oito anos (LIMA, 2011, p. 44). Assim, a encampação da proposta política de caráter reformista centrada no *slogan* “Mudar para Renovar” feita pela “Oposições Coligadas (PTB-UDN)” na imprensa contribuiu para que os candidatos Francisco das Chagas Caldas Rodrigues e Tibério Barbosa Nunes, respectivamente, alcançassem vitória nas eleições de 1958 para os cargos de governador e vice-governador encerrando o domínio oligárquico da família Gayoso Freitas, que representavam o grupo político do PSD no executivo estadual.

A coligação PTB-UDN não se fazia somente em nível de Piauí. De acordo com Hippolito (2012), em nível nacional a aliança se firmava entre os dois partidos porque a UDN buscava superar o viés conservador de sua legenda, ao considerar que era necessário “popularizar-se para crescer”. De tal modo, a aliança existente entre a UDN e o PTB nas eleições de 1958 aconteciam sob o estímulo das lideranças nacionais do PTB para conquistar os governos estaduais. Outra diferença da estratégia política que pode ser apontada neste ano eleitoral é que enquanto a UDN fazia questão de ser popular e se lançar para o eleitorado urbano; as “raposas” do PSD marchava para o interior num período em que o desenvolvimento industrial e a incrementação da urbanização promovia um outro tipo de operariado urbano o qual favorecia o PTB. Assim, “[...] enquanto o PSD se debate em sua crise interna, os dois partidos fazem alianças, aumentam sua influência nas áreas de influência pessedista e ocupam espaços preciosos para uma vitória eleitoral” (HIPPOLITO, 2012, p. 228).

Do ponto de vista nacional, Hippolito (2012) vai denominar o comportamento do PSD, em 1958, de “autofagia pessedista”, na medida em que o partido estava mais preocupado na autopreservação das “raposas” no poder que se encontra sob a ameaça da “ala moça”. A estratégia do PSD era “para dentro do partido”, ou



seja, “[...] aproveitar as eleições para consolidar o poder da oligarquia pessedista e dar tranquilidade ao comando partidário, perturbado pela atuação da Ala Moça” (HIPPOLITO, 2012, p. 232) para evitar uma dissidência intrapartidária. Internamente, o PSD encontrava-se sem unidade no comando nacional, visto que o presidente nacional do partido, Ernani Amaral Peixoto, se encontrava em Whashington desde que Juscelino Kubitschek assumiu a presidência da República. Além da falta de uma liderança, o PSD sofria com os constantes revezamentos do vice-presidente, o avanço da “ala moça” e a omissão de Juscelino Kubistchek. Frente a este quadro, as “raposas” não queriam perder seu reinado para a ala reformista.

Afora o problema interno, havia outro externo. Segundo Hippolito (2012), desde 1956, o PTB mostrava crescimento diante de seu eleitorado no Brasil. Da mesma forma que a autora, outros estudiosos do contexto político brasileiro e piauiense da segunda metade do século XX diagnosticaram que o momento era evidenciado pelo avanço do PTB frente ao eleitorado, em detrimento do declínio dos partidos de centro. No Piauí, as forças políticas hegemônicas do PSD e da UDN constituíam os dois partidos de centro e continuavam sendo dirigidos por fazendeiros e comerciantes locais, mantenedores dos grupos oligárquicos no poder (CASTRO, 1960). No plano do discurso das campanhas, os partidos hegemônicos conservaram avelhantadas propostas políticas que já apresentavam sinal de esgotamento da mensagem por não oferecer mais estímulo suficiente para o eleitorado que se renovava e se urbanizava (CARVALHO, 1960).

Não é à toa que a aliança firmada entre UDN e PTB em 1958, no Piauí, foi traçada sob interesses recíprocos destes partidos de convicções doutrinárias diferentes. Ocorre que os partidos hegemônicos perdiam terreno a cada eleição, enquanto era notório o crescimento do PTB. Apesar desse crescimento, o PTB ainda era um partido de força política minoritária e, por isso, necessitava ainda fazer coligações para eleger seus candidatos. De um lado, o PTB que se autointitulava representante dos trabalhadores urbanos e rurais e defendia a industrialização, porém, um partido de força minoritária; de outro, o partido hegemônico da UDN que operou mais entre a pequena burguesia e reivindicava o poder e a moralidade dos costumes políticos. Visando as eleições de 1958, a UDN traça alianças antipessedistas ampliando seu potencial de voto e o PSD fica num beco sem saída.

Não contando com os dois maiores partidos, resta ao PSD tentar alianças com outros partidos que se encontram nas “franjas” do processo eleitoral para não



cair diretamente numa derrocada. Sobre este tema, a equipe de reportagem de “Flagrantes políticos” fez a cobertura das tentativas de alianças que o Partido Republicano (PR) e o Partido Libertador (PL) teriam proposto ao PSD. Ao todo, foram seis matérias publicadas sobre os bastidores da aliança entre os partidos PSD, PR e PL para juntos lançarem um candidato ao executivo estadual. De acordo com estas matérias, o PR propôs ao PSD um nome para governo, porém, o PSD teria silenciado de forma “inamistosa” e “maquiavélica”.

Em 08 de fevereiro de 1958, o jornal publica informações referentes à carta escrita por Mendonça Clarck (PR) ao governador Gayoso e Almendra (PSD) informando que, a partir de então, não estará mais disponível para estabelecer acordos políticos com o partido governista. A equipe de reportagem denomina a carta de “documento político” e informa que seu conteúdo seria explorado oportunamente nas páginas da *Folha da Manhã*. Ainda na mesma matéria, a reportagem política sinaliza que o PSD não firmaria aliança com o PR porque pretende fazer isso com o Partido Social Progressista (PSP).

A equipe de reportagem de “Flagrantes Políticos” acompanhou os desdobramentos destes fatos políticos nos bastidores e na edição de 21 de março de 1958 informa que o jornal procurou ouvir o presidente do PSP do Piauí, Adhemar de Barros, sobre o seu posicionamento até então desconhecido pelos leitores e nos meios políticos locais. Nesta matéria, a questão fica ainda em aberto, uma vez que a resposta de Adhemar de Barros (PSP) teria sido: “Nem confirmo e nem contesto. Essas cousas a gente deixa no ar [...]”. Ao mesmo tempo, a equipe de reportagem acrescenta o seguinte comentário sobre a declaração do presidente do PSP no Piauí: “[...] O público e, de modo especial, os políticos, que tirem suas conclusões” (FOLHA DA MANHÃ, 1958g).

Na edição seguinte, de 22 de março de 1958, mais informações voltam a ser publicadas sobre assunto. Em primeiro lugar, *Folha da Manhã* reitera que o PSP ainda não firmou aliança com o PSD, como havia sido noticiado pela imprensa local vinculada à situação; em segundo lugar, apresenta uma transcrição da matéria publicada no *Diário Carioca* intitulada “Piauí: PSD com candidato”, onde aparece o nome do desembargador Edgar Nogueira como candidato ao Governo do Piauí. Em 15 de abril de 1958, o jornal declara que Mendonça Clark, do PR, negaria apoio ao PSD e colocaria o partido numa posição totalmente oposta a candidatura de José Gayoso Freitas. Ao mesmo tempo, deixa claro que, em 1958, a articulação política de Mendonça Clark encontra-se afinadas com Chagas Rodrigues, do PTB, e para a causa das “Oposições Coligadas (UDN-PTB)”.



Embora a formação de uma coligação para o PSD não tenha sido tão fácil, como quis mostrar o jornal *Folha da Manhã*, sabe-se que em 1958 foi formada a “Coligação Democrática Piauiense” com os partidos PSD, PSP, PR e PRP (Partido de Representação Popular). A chapa foi formada pelo deputado José Pires Gayoso de Almendra Freitas para governador e Agenor Barbosa de Almeida para vice-governador. Do total de 211.348 votos, o primeiro obteve somente 82.647 e o segundo 91.077, perdendo as eleições para os candidatos da “Oposições Coligadas (UDN-PTB)”, a saber: Francisco das Chagas Rodrigues para governador e Tibério Nunes para vice-governador que obtiveram, respectivamente, 101.525 e 96.440, ou seja a maioria do total de votos válidos de 1958.

Observa-se que na medida em que uma questão era encerrada pelo jornal, outra era alçada para manter a discussão em torno da situação do PSD, partido situacionista, na campanha eleitoral de 3 de outubro de 1958. Na edição de 8 de abril de 1958, a secção “Flagrantes Políticos” apresenta dois “flagrantes”. O primeiro sobre a indicação do nome do deputado pessedista José Gayoso Freitas como candidato ao governo do Estado pelo PSD, que já foi assinalada; e o segundo refere-se a uma denúncia contra o juiz Raimundo Carvalho de Brito, da cidade de Alto Alegre do Piauí, de “[...] ter desviado títulos eleitorais antigos e certidões de idade que instruíam os processos de alistamento udenista e reteve sistematicamente em seu poder cerca de 225 requerimentos de inscrições, todos de eleitores da UDN” (FLAGRANTES, 1958). Na sequência, o jornal continua denunciando que esta prática também foi verificada na cidade de Piracuruca (PI) pelo auxiliar de alistamento do Juiz Preparador da comarca, Cid Rezende, que reteve 410 (quatrocentas e dez) petições de eleitores udenistas em dezembro de 1957⁶ para prejudicar o partido UDN. A partir de então, o conteúdo é pauta das matérias publicadas na secção “Flagrantes Políticos” e no editorial “A verdade dos fatos”.

Ao longo do mês de abril de 1958 foi noticiado na secção “Flagrantes Políticos” informações sobre o registro dos eleitores em diferentes municípios do Piauí. Geralmente, parte-se de dados quantitativos dos alistamentos numa mescla de vigilância e denúncia jornalística. Este último aspecto aparece de forma mais clara, principalmente, porque se constrói um discurso em que a falta de matérias ou inoperância dos juízes do colegiado eleitoral do Piauí agem de acordo com os interesses do partido da situação, o PSD, e em prejuízo às “Oposições Coligadas (UDN-PTB)”. Isso fica muito claro nos discursos materializados no jornal que tratam do Tribunal Regional Eleitoral e suas irregularidades no alistamento



obrigatório para todos os cidadãos alfabetizados e maiores de dezoito anos. Em 29 de abril de 1958, a reclamação é arrolada na falta de títulos eleitorais para distribuição dos eleitores da 2ª Zona da capital piauiense e afirmam que isso ocorre com interesse de prejudicar as “Oposições Coligadas (UDN-PTB)”.

Apesar destas medidas, o jornal *Folha da Manhã*, sempre que pode, denunciou o comportamento das “raposas” pessedistas do Piauí que não mediam esforços para burlar as leis e formar seu eleitorado para obter a maioria dos votos das urnas. Essas medidas ganharam tintas nas páginas do jornal por meio do editorial “A verdade dos fatos”, da secção “Flagrantes Políticos”, da coluna “Televisão” e de outras matérias. A UDN, como qualquer outro partido, sabia que não bastava somente firmar coligações para garantir a vitória eleitoral. Fazia-se necessário o eleitorado. Nesse sentido, a equipe de reportagem da *Folha da Manhã* não poupou esforços para denunciar o que considerava crime eleitoral praticado pelo PSD.

Ao mostrar os “bastidores agitados do situacionismo”, no editorial “A verdade dos fatos” de 30 de março de 1958, o jornal apresenta algumas denúncias sobre as práticas de suborno, violência e fraude existentes no processo eleitoral do Piauí para rebater as afirmações feitas pelo governador Gayoso e Almendra na imprensa falada de que o PSD sairia vitorioso do sufrágio de 1958:

[...] Despedindo o repórter, o sr. governador afirma que o “sucesso eleitoral” do PSD está garantido, principalmente, porque conta com as simpatias de elementos de outras agremiações partidárias, citando o PSP, como um exemplo frisante. Bem, que o partido do sr. Adhemar de Barros firme um acordo com o “majoritário” para pleitearem juntos os cargos eletivos de que tratam as eleições de outubro, também não duvidamos. Nisto o impossível está ausente. O que, porém, se torna bastante problemático é a vitória do “majoritário”, desde que o pleito seja livre e represente a vontade soberana do eleitor. Afastados o suborno, a violência e a fraude, tudo faz crer que as oposições coligadas vencerão as batalhas nas urnas, contando com ajuda indispensável da Comissão Parlamentar de Inquéritos, para tal fim organizada. Se o papel dessa comissão for, realmente, o de reprimir os atentados aos direitos sagrados do eleitorado, nas eleições de outubro, não hesitamos de declarar que o governo pode se preparar para o embate duro do prélio, consoante se vislumbra na verdade iniludível dos fatos (O PROBLEMA..., 1958).



As práticas de fraude eleitoral denunciadas pelo jornal *Folha da Manhã* eram corriqueiras no Brasil de então, principalmente, nas regiões mais agrárias em que o coronelismo ainda imperava. Segundo Faoro (2000), no aliciamento do voto, os recursos suasórios, assim como a fraude ou a violência, eram empregados para garantir o sistema. Muitas vezes, as autoridades locais, como o juiz de direito e o promotor público, participavam do processo, quer na promoção do cargo, quer na remoção dele, desde que os interesses políticos e eleitorais dos coronéis fossem preservados. Prática do coronelismo brasileiro que, para o autor, é inseparável da sociedade agrária. Estrutura arquitetonicamente montada na base de troca de favores, do apadrinhamento, do sistema de reciprocidade, do compromisso e da troca de proveitos que formam e mantêm ao seu lado um grupo “fiéis” de eleitores.

Leal (1997) explica que a estrutura agrária é a base de sustentação do coronelismo que se concretiza em função do eleitorado e do regime representativo no Brasil. O autor entende o coronelismo como uma hegemonia econômica, política e social de um grupo social, cuja influência se origina da concentração da propriedade fundiária rural e domínio oligárquico desse grupo. Destarte, o termo “coronel” refere-se a um tipo de poder político que se conforma em torno de uma liderança local, com forte influência sobre o eleitorado, chegando a determinar quais candidatos serão eleitos a partir da sua indicação e do seu poder de mando e compra de voto. Isto é, a manutenção do “coronel” no poder é dependente do eleitorado rural. Assim, “desse compromisso fundamental resultam as características do sistema ‘coronelistas’, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais” (LEAL, 1997, p. 41).

Na década de 1950, a população do Piauí era composta por aproximadamente mil e trezentos habitantes, distribuída em sua maioria na zona rural do Estado⁷. Desse total, a maior parte era analfabeta. Desde 1951, no Piauí, o PSD alcançava vitória nas urnas através da eleição de candidatos da família Gayoso Freitas, composta de fazendeiros, comerciantes, militares etc., que detinham poder econômico e significativa influência política por meio da cooptação de lideranças partidárias para o PSD no Estado do Piauí. De acordo com Lima (2014, p. 188), “[...] a família Freitas, gozando de prestígio e de poder político, manteve-se no poder piauiense, inclusive, praticando compra de votos, como afirma Pedro Freitas em entrevista concedida a Domingos Neto (2010)”.

Como se pode observar, a prática dos recursos persuasivos, da fraude, da compra de voto e/ou da violência numa eleição aliava-se a outros recursos



como as ramificações de enlaces matrimoniais e a cooptação de lideranças políticas para os partidos. Estratégia política que, historicamente, contribuiu para que grupos minoritários de poder socioeconômico e político, tais como comerciantes, fazendeiros e latifundiários, dominassem o poder no Brasil e no Piauí. Situação que não mudou com a Revolução de 1930, menos ainda com a redemocratização do país em 1945. De acordo com Nascimento (1994), a vitória de Pedro de Almendra Freitas como governador do Estado, em 1951, deu início à hegemonia da família Gayoso Freitas na política piauiense. Com a sucessão de seu cunhado nas eleições de 1954, Gen. Jacob Manuel Gayoso e Almendra, a política oligárquica se caracterizava no Piauí com o revezamento dos familiares/parentes da família no executivo estadual.

A formação da oligarquia também aparece na seção “Flagrantes Políticos” e é um tema constante quando se trata da sucessão governamental de 1958. Na edição de 15 de abril de 1958, o assunto é abordado tendo como ponto de partida o problema da sucessão e manutenção de candidatos do PSD vinculados apenas à família Gayoso Freitas:

[...] Certo prócer pessedista comentando a apresentação do nome do sr. Gayoso Freitas ao governo do Estado, declarou que tal solução não se justifica, dado que de 1946 a esta parte o Psd só vem candidatando a esse alto posto pessoa da “oligarquia”. E explicou: – Em 1946, tivemos Gayoso derrotado por Rocha Furtado. Em 1950, tivemos o cunhado de Gayoso, o cel. Pedro Freitas. Em 1954, tivemos novamente Gayoso e, agora, o sobrinho do Gayoso e filho do Pedro Freitas – sr. José Gayoso. E interrogava: Será que no Psd, afora a família Gayoso Freitas, só tenha gente incapaz para se candidatar ao governo do Estado? E concluiu: O general Gayoso no governo tem apenas se revelado um mal administrador e um político primário. [...]. (FOLHA DA MANHÃ, 1958j).

A matéria da seção “Flagrantes Políticos” transcrita acima retrata pelo menos dois interesses do jornal e dos seus proprietários sobre a sucessão governamental de 1958. Um deles é a estratégia política da UDN de impedir que a oligarquia da família Gayoso Freitas, do PSD, permanecesse no Governo do Piauí; e o segundo, refere-se a estratégia discursiva do jornal de combater o governador Gayoso e Almendra demonstrando sua fragilidade como chefe do executivo estadual. Nota-se o esforço da equipe de reportagem de “Flagrantes Políticos” em representá-lo como um “gestor incapaz” que se revela no discurso



jornalístico construído sobre os problemas que ele enfrentou para dirimir a crise interna do partido durante a indicação de um nome para o PSD concorrer o executivo estadual em 1958. O jornal busca dar visibilidade a “fraqueza” do governador pessedista, de maneira que ele é representado como um governante de “inabilidade política”, de “excessiva vaidade” e de “espírito oligárquico” (FOLHA DA MANHÃ, 1958c).

Assim, a *Folha da Manhã* apresentou duas imagens das alianças políticas que se estabeleceram entre os partidos políticos que se preparavam para lançar seus respectivos candidatos para o pleito de 1958. Por um lado, avaliavam que a UDN se apresentava estável e confiante frente a formação da coligação com o PTB e lançaria o nome de Demerval Lobão⁸ como candidato das Oposições Coligadas (UDN-PTB). Por outro lado, apontava que a gravidade da situação interna do PSD como sendo completamente diferente da oposição. Vivia-se uma crise interna no PSD, o governador Gayoso e Almendra (1954-1958) mostrava-se incapaz para resolver os impasses das negociações a respeito do caso da sucessão por falta de entendimentos entre os diversos grupos que compõem o partido, fato que se concretiza com a renúncia de Pires Gayoso da presidência do PSD em abril de 1958. Vale ressaltar que a falta de harmonia dos governistas e a desarticulação interna do partido é representada pelo jornal *Folha da Manhã* como reflexo da fraqueza do governador pessedista Gayoso e Almendra para resolver o problema da sucessão ao executivo estadual.

Considerações finais

Nos anos cinquenta do século XX, a imprensa brasileira e piauiense pretendia se mostrar independente dos partidos políticos. Amparados no discurso da objetividade e da imparcialidade como métodos da produção jornalística, a *Folha da Manhã* buscava credibilidade do público leitor num período em que os jornais ainda se mantinham financeira e ideologicamente vinculados a políticos e/ou aos partidos que faziam das folhas a tribuna para as batalhas discursivas em torno da campanha eleitoral de 1958.

Em 1958, a redação do jornal *Folha da Manhã*, quer na secção “Flagrantes Políticos”, quer no editorial “A verdade dos fatos”, afirmava que mantinha a virtude de esclarecer o panorama político do Piauí, “muito confuso”, como se podia observar frente a “verdade dos fatos reinantes” que se refletia nos discursos jornalísticos que o órgão publicava. A equipe de reportagem política da *Folha da Manhã* defendia que o conteúdo publicado na secção “Flagrantes



Políticos” era construído a partir da apuração dos fatos e com base nos dados fornecidos pela “fonte comumente bem informada”, “fonte digna de crédito”. Algumas vezes, destaca que a informação havia sido obtida através das conversas nas “rodas de políticos nas praças públicas”, de “pessoas altamente situadas e/ou credenciadas” nos meios políticos locais que merecem a absoluta fé da redação da *Folha da Manhã*.

A questão em torno da verdade da matéria jornalística não é fundada apenas pela necessidade de comprovação da veracidade da informação veiculada na *Folha da Manhã*, mas pelo modo como ela é apresentada e se configura no ato da produção do discurso. Foucault (2009, p. 49) argumenta que o discurso “nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos”. Entendendo que a verdade não é única e que pode ser dita de várias formas e modos, sem que perca o grau de veracidade do enunciado, a questão no âmbito do jornalismo perpassa pelo interesse do sentido que se quer imprimir e materializar na informação publicada. Mesmo que a fonte da informação seja segura, no processo de produção da matéria jornalística, há uma seleção daquilo que se pretende dizer e silenciar.

As informações materializadas na superfície do discurso jornalístico da *Folha da Manhã* contribuem para a sistematização do processo de construção da representação política e partidária na secção “Flagrantes Políticos” em torno da sucessão governamental piauiense de janeiro a abril de 1958. Momento em que o agendamento do debate público feito pelo diário esteve condicionado aos interesses políticos e partidários dos líderes políticos da UDN, especialmente a do deputado federal Marcos Santos Parente que era o proprietário do jornal, e os enquadramentos usados para dar visibilidade aos bastidores do situacionismo e das ações dos partidos políticos para o lançamento dos seus respectivos candidatos para o Governo do Piauí.

Referências

ANJOS, Hosana Tenório. “Coluna televisão” e a prática discursiva de Simplício De Sousa Mendes no jornal *Folha da Manhã* (1958-1964). 2019. 155f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

ATITUDE injustificável. *Folha da Manhã*, Teresina, ano 1, n. 158, 15 abr. 1958. A verdade dos fatos, p. 1.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de



Janeiro: Mauad X, 2007.

BELTRÃO, Luiz. *Iniciação à filosofia do jornalismo*. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CARVALHO, Orlando M. Os partidos políticos nacionais e as eleições parlamentares de 1958. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 8, p. 9-19, abr. 1960.

CASTRO, Francisco Ferreira. A campanha eleitoral de 1958 no Piauí. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 8, p. 9-19, abr. 1960.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 15. ed. São Paulo: Globo, 2000.

FLAGRANTES. *Folha da Manhã*, Teresina, ano 1, n. 152, 8 abr. 1958. Flagrantes políticos, p. 1.

FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano 1, n. 97, 26 jan. 1958a. Flagrantes políticos, p. 1.

FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano 1, n. 110, 11 fev. 1958b. Flagrantes políticos, p. 1.

FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano 1, n. 113, 14 fev. 1958c. Flagrantes políticos, p. 1.

FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano 1, n. 117, 21 fev. 1958d. Flagrantes políticos, p. 1.

FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano 1, n. 123, 28 fev. 1958e. A verdade dos fatos, p. 1.

FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano 1, n. 135, 14 mar. 1958f. Flagrantes políticos, p. 1.

FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano 1, n. 141, 21 mar. 1958g. Flagrantes políticos, p. 1.



FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano 1, n. 142, 22 mar. 1958h. Flagrantes políticos, p. 1.

FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano 1, n. 147, 28 mar. 1958i. Flagrantes políticos, p. 1.

FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano 1, n. 158, 15 abr. 1958j. Flagrantes políticos, p. 1.

FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano 1, n. 159, 16 abr. 1958k. Flagrantes políticos, p. 1.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FREITAS, José Gayoso. Formação social e política do Piauí. *Revista Política*, Brasília, n. 7, jan./mar. 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIMA, Nilsângela Cardoso. *Relações de poder e práticas jornalísticas em O Dia, A Cidade e Jornal do Piauí (1951 a 1954)*. 2014. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

LIMA, Flávia de Sousa. *Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no governo de Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A revolução de 1930 no Piauí: 1928-1934*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.



NASCIMENTO, Osvaldo Soares. Esboço de um projeto de desenvolvimento. *Revista Econômica Piauiense*, Teresina, v. 1, n. 2, abr./jun. 1957.

O PROBLEMA sucessório. *Folha da Manhã*, Teresina, ano 1, n. 149, 30 mar. 1958. A verdade dos fatos, p. 1.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005. v. 1.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

Notas

¹Universidade Federal do Piauí.

²Referente a Sigefredo Pacheco, deputado estadual pelo PSD em 1958.

³Refere-se à Barras (PI), cidade em que o senador nasceu, 1904.

⁴Refere-se a Campo Maior (PI), cidade em que o deputado nasceu, em 1897.

⁵Em 1958, a “Coligação Democrática Piauiense (PSD-PSP-PR-PRP)” lançou os nomes de Sigefredo Pacheco como candidato à suplência do Senado junto com o candidato José de Mendonça Clark para Senador. Contudo, não lograram êxito nas urnas. Foram eleitos os candidatos Joaquim Santos Parente e José Vitorino Correia para senador e suplência pela “Oposições Coligadas (UDN-PTB)”.

⁶Em 1959, na “Coluna Televisão”, assinada pelo jurista Simplício Mendes, Cid Rezende confessa que o juiz preparador da zona eleitoral de Piracuruca (PI), Pedro de Alcântara Alves de Carvalho, teria escondido e trancado em seu cofre 526 (quinhentas e vinte e seis) e não apenas 410 (quatrocentos e dez) petições da UDN (Ver: ANJOS, 2019, p. 68).

⁷Sobre a distribuição da população piauiense nos anos 1950, José Gayoso Freitas afirma que 15,8% viviam na zona urbana e 84,2% na zona rural do Estado (FREITAS, 1978). Sobre o número de habitantes, ver: Nascimento (1957).

⁸Em 1958, o deputado federal Demerval Lobão (PTB) foi candidato a governador do Piauí da “Oposições Coligadas (UDN-PTB)”, porém, faleceu antes das eleições sendo vítima de um trágico acidente automobilístico em 04 de setembro daquele ano. Com isso, o nome de Demerval Lobão foi substituído pelo o de Francisco das Chagas Caldas Rodrigues como o candidato das “Oposições Coligadas” para Governo do Estado do Piauí nas eleições de 1958.